vinetur

Proibição federal do THC derivado do cânhamo ameaça negócio em rápida expansão para as cervejeiras

Cervejeiras do Minnesota, Illinois e Wisconsin afirmam que o limite de 0,4 miligramas por recipiente, previsto para 11 de dezembro, eliminaria a maioria dos produtos

domingo, 22 de novembro de 2026



Está previsto que uma proibição federal da maioria dos produtos de THC derivados do cânhamo entre em vigor a 11 de dezembro, ameaçando um negócio de bebidas em rápida expansão que, segundo cervejeiras do Minnesota, Illinois e Wisconsin, se tornou uma importante fonte de receitas à medida que o consumo de álcool diminui e os gostos dos consumidores mudam.

Ao abrigo da alteração federal, deixaria de ser legal vender produtos à base de cânhamo com mais de 0,4 miligramas de THC por recipiente. Os responsáveis das cervejeiras afirmam que o limite é tão baixo que eliminaria a maioria das águas gaseificadas e dos refrigerantes com THC atualmente vendidos nos bares das cervejeiras, no retalho e através de canais grossistas.

A questão tornou-se especialmente importante para os produtores de bebidas que recorreram às bebidas com THC para diversificar para além da cerveja. Muitas cervejeiras já dispõem de linhas de enchimento de latas, equipas de produção e relações de distribuição, o que permite usar a capacidade existente para produzir bebidas de cânhamo numa altura em que as vendas de cerveja artesanal enfrentam a pressão de uma procura mais fraca e de custos mais elevados.

Em Duluth, no Minnesota, a Bent Paddle Brewing Co. afirmou que as bebidas com THC representam cerca de 40% da sua atividade. Pepin Young, diretor de desenvolvimento de novos negócios da empresa, disse que uma proibição federal seria «devastadora», após anos de investimento em pessoal, equipamento, produção e distribuição. Young, que também integra a direção da Minnesota Hemp Beverage Producers, afirmou que o limite de 0,4 miligramas eliminaria, na prática, os produtos que a empresa fabrica e vende atualmente.

Em Chicago, a Marz Community Brewing Co. afirmou que as alterações introduzidas no Illinois em novembro já mostraram o impacto que essas perdas podem ter. O cofundador Ed Marszewski disse que a cervejeira, criada em 2014 como produtora de cerveja artesanal, passou a produzir águas gaseificadas com THC depois de retalhistas e clientes terem pedido uma alternativa ao álcool. Segundo ele, a empresa não esperava que a categoria crescesse tão rapidamente.

Depois da entrada em vigor das alterações no Illinois, a Marz perdeu mais de 50% das receitas grossistas, afirmou Marszewski. A empresa reduziu o horário de trabalho dos funcionários, despediu vários trabalhadores e sofreu um impacto significativo tanto nas vendas grossistas como nas vendas no local. A Fox Chicago também noticiou que Craig Katz, da Illinois Healthy Alternatives Association, afirmou que uma decisão judicial relacionada com as restrições do Illinois afeta quase 300 empresas representadas pelo seu grupo.

No Wisconsin, a Sprecher, empresa de bebidas sediada em Glendale, conhecida pelos seus refrigerantes artesanais e pela cerveja, afirmou também ter investido nesta categoria. A empresa vende quatro refrigerantes com THC derivado do cânhamo, cada um com 10 miligramas de THC, muito acima do limite federal previsto. O diretor executivo Sharad Chadha afirmou que a regra poria efetivamente fim à possibilidade de a empresa vender esses produtos através dos canais que utiliza atualmente. Acrescentou que a Sprecher investiu no desenvolvimento de produtos, no fabrico, na conformidade regulamentar e na distribuição ao abrigo do quadro legal em vigor.

Chadha afirmou que as bebidas com THC ainda representam uma parte relativamente pequena da atividade global da Sprecher, mas que vê um forte potencial de crescimento. Defendeu que a categoria permitiu às cervejeiras e a outros produtores de bebidas inovar e compensar a quebra do consumo de cerveja. Disse ainda que o impacto de uma proibição ultrapassaria as cervejeiras e afetaria laboratórios, empresas de transformação de cânhamo, extratores, fornecedores de ingredientes, empresas de embalagens, prestadores de serviços de transporte, distribuidores e retalhistas que construíram negócios em torno de produtos derivados do cânhamo.

O mercado atual desenvolveu-se na sequência do Farm Bill de 2018, que legalizou o cânhamo industrial e retirou o cânhamo e determinados derivados de canábis com baixo teor de THC da definição federal de marijuana. Essa alteração abriu caminho a um mercado nacional de águas gaseificadas, refrigerantes, gomas e outros produtos derivados do cânhamo capazes de provocar efeitos psicoativos nos consumidores. O setor do cânhamo está atualmente avaliado em cerca de 38,7 mil milhões de dólares.

Os críticos do mercado afirmam que essa alteração legislativa também criou uma lacuna que permitiu a rápida disseminação de produtos mal regulamentados. Manifestaram preocupação com a falta de uniformidade das normas, o acesso por parte dos jovens e os produtos alimentares que imitam doces e snacks comuns. Em 2024, Samuel Levine, então diretor do Gabinete de Proteção do Consumidor da Federal Trade Commission, alertou para o facto de os produtos com THC para ingestão, concebidos para se parecerem com snacks conhecidos, colocarem as crianças pequenas em risco.

Alguns estados adotaram posteriormente regras próprias para os produtos de cânhamo, mas essas leis não resolveram a questão a nível nacional. Segundo a Associated Press, o senador Mitch McConnell, republicano pelo Kentucky que ajudou a impulsionar a legalização do cânhamo em 2018, apoiou mais tarde esforços para fechar aquilo a que os críticos chamam a lacuna legal do cânhamo. A atual restrição federal decorre de legislação aprovada em 2025 e deverá entrar em vigor a 11 de dezembro, a menos que o Congresso altere a lei.

O prazo desencadeou uma última ofensiva no Capitólio. Os senadores Amy Klobuchar, democrata do Minnesota, e Tim Sheehy, republicano do Montana, apresentaram a Hemp Guardrails Act, que, segundo afirmam, manteria os produtos de cânhamo nas prateleiras, impondo regras mais rigorosas. De acordo com os promotores do projeto, a medida limitaria as vendas a pessoas com 21 ou mais anos, proibiria o marketing que imita outros produtos e baniria produtos sintéticos por vezes vendidos como «erva de posto de gasolina».

Klobuchar defendeu que uma proibição total prejudicaria agricultores, cervejeiras e pequenas empresas. Young, da Bent Paddle, afirmou que a proposta é encorajadora e apelou aos legisladores para que continuem a trabalhar no sentido de encontrar o que descreveu como um caminho razoável para as empresas que já operam neste mercado.

A oposição continua a ser forte. O senador Ted Budd, republicano da Carolina do Norte, afirmou que o Congresso já decidiu fechar a lacuna legal do cânhamo e não deve criar um novo quadro regulamentar para produtos que, segundo ele, alimentam a dependência e põem as crianças em risco.

O calendário deixa pouco espaço para um compromisso. O Congresso tem poucos dias de trabalho antes de 11 de dezembro, devido à interrupção das sessões por ocasião do Dia de Ação de Graças, e os legisladores enfrentam também um prazo para o financiamento federal nessa mesma data. Isso cria duas pressões em simultâneo: a possibilidade de as restrições ao cânhamo entrarem em vigor tal como estão redigidas e a possibilidade de os seus apoiantes tentarem incluir uma medida relativa ao cânhamo num projeto de lei mais amplo sobre despesas de fim de ano.

Para as empresas de bebidas que passaram a produzir bebidas com THC, o que está em jogo é imediato. Marszewski afirmou que a Marz entrou no mercado porque os adultos queriam uma bebida sem álcool. Chadha disse que as cervejeiras recorreram a esta categoria para diversificar numa altura difícil para a cerveja. Young afirmou que a Bent Paddle construiu um negócio substancial em torno destes produtos, ao abrigo de regras que as empresas acreditavam que se manteriam em vigor durante tempo suficiente para justificar os seus investimentos. Enquanto prosseguem as negociações de fim de ano em Washington, estas empresas pressionam os legisladores para que regulamentem o mercado, em vez de o encerrarem.